



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Ata da Reunião do Fórum Estadual de Educação do Espírito Santo	
Local: Sindiupes – Edifício Gama Rosa 216, Rua Gama Rosa, Centro, Vitória	Data: 11/09/2024
Elaborada por: Priscila Pereira de Aquino	<p>Participantes com representação: Vitor Amorim de Angelo e Andrea Guzzo Pereira (Sedu), Pedro Paulo Pimenta (Anpae), Márcia Saraiva Prudêncio e Denise Pinheiro Quadros (CNDE), Camila Ferreira Moreira (MP/ES), Marcelo Lima (Ufes), Tania Maria Zanotti Guerra Frizzera Delboni (Anped), Noélia Miranda (Ceafro), Maria Auxiliadora Vieira Campos (Anec), Mateus Ferreira da Silva (Sinasefe), João Paulo de Faria Cardozo (Unme Fábio Luiz Alves Amorim (Anfope), Gean Carlos Nunes de Jesus e Noêmia Simonassi (Sindiupes), Silvana de Azevedo Cruz (Sinpro), Jhonata Garcia dos Santos (Ueses/Ubes), Priscila Mendes de Oliveira (Senac), Adriana Pionttkovsky Barcellos (Conif), Fernanda de Araújo Binatti Chiote (Adufes), Carla Geovana Fonseca da Silva Castro (Secti), Marcela Lemos Leal (Fopeis), Elieser Toretta Zen (Sinasefe), Fernanda Plácido Rocha (Comeces), Dorzilia Vaz de Moraes Soares e Paulo Loureiro (Cut), Ana Moscon de Assis Pimentel (CEE), Karla Ribeiro de Assis Cezarino (Fórum EJA), Thiago Andrews Pião dos Santos (Assopaes), Tatiane Cristina Franco Puiati (Findes),</p> <p>Coordenação: Priscila Pereira Aquino (Sedu)</p> <p>Entidades que justificaram a ausência: Cedes, Sintufes e Undime.</p> <p>Entidades que não enviaram representantes e não justificaram ausência: Ales, Amunes, Sinepe e DCE-Ufes.</p> <p>Convidados (as): Kiara de Deus Demura (IJSN), Pablo Jabor (IJSN), Luiza Fernanda Silva, Daniel dos Santos (Sedu), Gean Jaccoud Faria (Sedu), Maria Clara Rigotti (Ueses-Ubes), Giovana Rigotti Peixoto (Ueses-Ubes), Maria do Carmo Paoliello (Comeces), Bruno Roberto de Carvalho Gomes (Amunes) e Daniel dos Santos (Sedu).</p>
Pauta da reunião: <ol style="list-style-type: none">1. Apresentação do monitoramento das metas do Plano Estadual de Educação 2014-2024 pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN);2. Informes gerais.	
<p>Aos 11 dias do mês de setembro de 2024, às 9h, a secretária do Fórum Estadual de Educação, Priscila Pereira de Aquino, saúda os presentes com boas-vindas, agradece ao Sindiupes pela hospitalidade em receber a reunião em sua sede e justifica a ausência da coordenadora Rafaela Teixeira Possato de Barros, que está em uma agenda da Gerência de Educação Infantil e Ensino Fundamental em Brasília, e às 9h15min realiza a primeira chamada, em que já se identifica a presença de 18 entidades, garantindo assim o quorum regimental para realização da reunião. O presidente do Fórum Estadual de Educação do Espírito Santo, Vitor de Angelo (Sedu) cumprimenta os presentes e declara aberta oficialmente a reunião. Noêmia (Sindiupes) solicita um mínimo de silêncio em respeito à memória do Professor Aguiberto Lima, ex-membro deste Fórum, que faleceu</p>	



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

no dia 7 de setembro. A pauta da reunião é apresentada, bem como a presença dos representantes do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), Kiara de Deus Demura e Pablo Jabor. Pedro (Anpae) lembra que cabe ao Fórum Estadual de Educação o monitoramento do Plano Estadual de Educação e que o monitoramento realizado pelo IJSN é válido como parte de um processo se terá sequência nas reuniões do FEE. Considerando que o primeiro ponto de pauta é bem extenso e prezando pela otimização do tempo de reunião, a secretária propõe aos membros que a representante do IJSN faça a apresentação na íntegra sem interferências, e que os membros registrem suas dúvidas e observações por meio de um documento do Google Forms, elaborado por metas. Sendo assim, ao final da apresentação as perguntas ou observações serão lidas e respondidas por Kiara ou debatidas pelo grupo. Os membros concordam com a proposta e Kiara inicia a apresentação dos resultados de cada uma das 20 metas do PEE do monitoramento realizado na parceria “Estudos Educacionais” entre SEDU, IJSN e Fapes em atenção à Lei nº 10.382/2015. Com a apresentação do comparativo da média salarial dos docentes por município do estado do Espírito Santo, Noêmia manifesta sua preocupação a respeito da veracidade dos dados, principalmente com a repercussão desses dados pelas mídias, perante o equívoco evidente dos dados apresentados pelo município de Guarapari (média salarial de R\$ 34.383,70 por 40h semanais) e pergunta qual a base de dados. Kiara esclarece que são utilizadas bases oficiais. A respeito da **Meta 20 - Financiamento da Educação**, Vitor pergunta se não é mais monitorável. Kiara diz que sim e Vitor sugere que se mantenha um monitoramento com base em dados estaduais. Concluída a apresentação, a secretária do FEE-ES solicita que a convidada Luiza Silva (Sedu) inicie a leitura das perguntas e observações que foram realizadas pelos membros no Google Forms durante a apresentação, para que possam ser respondidas por Kiara. Todos concordam que, para melhor organização da metodologia, as perguntas sejam feitas por blocos de metas. A primeira observação realizada por Pedro, diz respeito à **Meta 2 – Ensino Fundamental**, que menciona a variação de matrículas por rede (Estado e Municípios) no Ensino Fundamental 1 e 2 pelo período histórico PEE. Kiara informa que o aprofundamento dessa questão poderá ser feito por Vitor, que responde que o estado não se desresponsabiliza com as crianças no EF, apenas com a oferta para esse público. E que atualmente a rede estadual tem mais vagas que matrículas nessa etapa de ensino, sendo assim o desafio seria a trajetória do aluno e não a oferta de vagas. Em relação à essa trajetória, Vitor esclarece que há investimento do estado por meio dos termos de colaboração com os municípios que prevê a redução de taxas de abandono, evasão e reprovação. Esclarece também que o movimento de desresponsabilização é anterior à gestão atual, mas que agora o Termo de Ajustamento da Gestão da Educação (TAG) passa efetivamente o EF para o escopo dos municípios e que o maior desafio é o município de Serra. Estuda-se a proposta, junto ao Tribunal de Contas, de quem ficará com o EF2, estado ou municípios, mas ainda depende de acordos. Portanto, mesmo com o TAG, o estado continuará ofertando o EF2. Luiza reforça que a concorrência entre redes é prejudicial para todos. Marcela (Fopeis) informa que a região sul optou que progressivamente o EF passe para a rede municipal, mas há muitos desafios para avançar com pouco tempo. Na sequência, Luiza leu as perguntas relacionadas a **Meta 4 – Inclusão**, feitas por Karla (Fórum EJA) que questiona META 4- Onde estão estas as crianças e jovens citadas nos slides? Em qual rede? Qual a idade série? Quantos estão na EJA? Qual é o valor total ou porcentual de gastos nos últimos 5 anos destinado a educação especial pública (REDE ESTADUAL E/OU REDES MUNICIPAIS) e aqueles destinado as instituições especializadas privadas (APAE, PESTALOZZI, AMAES). Karla esclarece que as perguntas são mais uma solicitação de dados e que entende as restrições de tempo e de dados. Kiara esclarece que a equipe do IJSN é reduzida e Karla diz entender a apresentação como um trabalho inicial e não um trabalho definitivo porque ainda ficam muitas questões abertas. Kiara informa que irá acrescentar o que for possível ao monitoramento. Karla solicita ao FEE que encaminhe as solicitações de dados para o IJSN, para responder dentro de um tempo viável com um prazo pré-determinado. Denise (CNDE) diz se sentir decepcionada em receber essa apresentação como um monitoramento já pronto e que esse monitoramento deveria ser pelo realizado FEE-ES, apesar de reconhecer que os dados apresentados são interessantes quando observados como algo inicial para introduzir um diálogo aberto entre o IJSN e o FEE.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Pablo (IJSN) esclarece há total comprometimento com a informação, mas há limitação de fonte de dados, seja por imposições legal ou mesmo por ausência de dados disponíveis, reforça ainda que os dados apresentados são secundários e mostra os dados como estão postos, e que, portanto, o erro está na fonte do dado. Além disso afirma que o IJSN se compromete em analisar o que foi proposto, dentro das limitações e apontará o que não for viável. Ainda a respeito da **Meta 4 – Inclusão**, Marcela observa que quando apresentado o percentual no gráfico, há destaque para o Brasil, Sudeste, ES e alguns municípios destacados. Pergunta se haverá algum relatório descritivo que possibilite o conhecimento acerca dos outros municípios, no sentido de identificarmos a situação das diferentes regiões de nosso estado. Essa questão não se refere apenas à meta 4, mas para todas as metas que assim foram comunicadas e que de forma verbal foram destacadas. Kiara esclarece que haverá nos apêndices uma tabela completa por município. Em seguida, é feita a leitura da pergunta de Denise, relacionada à **Meta 6 – Educação em Tempo Integral (ETI)**, se os dados apresentados consideram no Atendimento Educação Especial (AEE) contraturno, matrículas na ETI. Kiara responde que sim, os dados consideram ambos juntos. Informa também que os slides apresentam as fontes e no site do IJSN tem a descrição da metodologia utilizada. Denise diz que o aluno da Educação Especial deveria ser lido separadamente. Kiara responde que segue a metodologia do INEP, que inclui esses estudantes no cálculo. Vitor lembra que esse público é numeroso e pode interferir na precisão dos dados pois a carga horária aumentada do estudante de Educação Especial é de outra natureza. Marcela diz que no censo essa diferença é considerada. Luiza diz que o IJSN segue a metodologia no INEP para permitir a comparação com outros estados e Karla lembra que a meta é estadual, e que seria essencial o detalhamento para análise no estado, antes de considerar a comparação. Pablo esclarece que são aceitas sugestões para anexos de apêndices ao documento com novos cálculos e novos indicadores. Em relação à **Meta 8 – Elevação da escolaridade/ diversidade**, Karla solicita acesso aos dados por municípios e por nível de escolaridade. Sobre a **Meta 9 – Alfabetização e analfabetismo funcional de jovens e adultos**, Karla solicita acesso aos dados por município tanto da alfabetização quanto do analfabetismo funcional. E quanto ao analfabetismo funcional solicita, também, dados por nível de escolaridade. Ana (CEE) pergunta quais são os 8 municípios que não ofertam EJA no estado. Kiara informa que essa informação por municípios está inserida nos apêndices. Vitor diz que a falta de adesão dos municípios ao Pacto pela erradicação do analfabetismo chamou sua atenção, sendo que o Espírito Santo fica na antepenúltima colocação no país. Reforça que essa situação é preocupante pois não pode ser superada sem colaboração dos municípios, e que o TAG propõe que os municípios deveriam se responsabilizar tanto com o EF 1 quanto com a EJA de EF1. Sobre a **Meta 10 – EJA integrada à educação profissional**, Karla solicita acesso aos dados detalhando as matrículas e ofertas na EJA integrada, concomitante e qualificação, já que são diferentes, pois é importante sabermos o tipo de oferta. Em relação à **Meta 16 – Formação**, Tania (Anped) pergunta se não seria possível uma política de formação mais abrangente, pois apesar dos resultados apresentados a respeito da formação em nível de pós-graduação ser superior à média nacional e regional, muitos professores da rede estadual encontram dificuldades em cursar mestrado/doutorado presencial pela não liberação ou diminuição de carga horária, pois o edital não tem atingido a todos. Denise lembra ainda que quando a meta foi estabelecida um grupo de pessoas solicitou por uma meta com percentual mais elevado para que o estado não passasse da meta com a facilidade que se observa agora, pois acreditavam que a meta deveria ser interpretada como um desafio. Fábio lembra que as comissões devem pensar nesses dados para qualificar de acordo com a realidade e a conjuntura com que o plano foi elaborado. Na sequência, foi efetuada a leitura das perguntas e observações de Pedro, João Paulo (Uncme) e Noêmia relacionadas à **Meta 17 – Valorização dos profissionais do magistério**. Pedro solicita revisão da metodologia de cálculo e ampliação das fontes. João Paulo pergunta quais levantamentos podem ser feitos em relação à questão de vencimentos dos profissionais da Educação uma vez que o Instituto concorde que tais valores são tão díspares. Questiona ainda o que se considera média salarial inicial e se tempo de carreira, vantagens indenizatórias, abonos, bonificações foram considerados. Evidencia ainda que o gráfico apresenta carga horária de 40 horas o que não representa a



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

totalidade visto que o número maior de professores possui carga horária de 25 horas. Noêmia também indaga quais dados foram coletados para se chegar a esses valores e solicita informação em números absolutos de quantitativo total de professores (redes municipais e estadual) e quantos destes têm mestrado e doutorado. Informa ainda que nenhum município, nem a rede estadual segue a meta de ter plano de carreira baseado na lei do piso Nacional. Pedro sugere que se estenda o diálogo com o Painel de controle do Tribunal de Contas (TC) que faz esse monitoramento. Camila (MP-ES) reforça o Painel de Controle do TC é uma fonte mais segura e pode evitar essas disparidades. Pedro diz que faltam dados de concurso públicos. João Paulo aponta que o IJSN deve ser um caminho para conhecer os dados e reforça a importância de estudos paralelos com o TC. Noêmia se preocupa com o dado dos salários porque não reproduzem a realidade. Observa que tabela real de um servidor professor da prefeitura de Guarapari com todas as vantagens possíveis (doutorado, 40h semanais e referência 30) é de quase 12 mil reais. Se preocupa que os dados sejam publicizados e que a mídia se depare com esses dados e os enfatize. Sugere analisar os contracheques municipais porque os dados lançados pelas prefeituras são inverídicos. Acredita que uma vez que os dados não são reais, não deveriam ser divulgados. Solicita que o FEE faça um aprofundamento desses dados com as prefeituras antes de divulgá-los. Pablo lembra o objetivo da meta que é “Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do quinto ano de vigência deste PEE” e esclarece que para atendê-la deve ser usada uma base de informação que contemple as demais categorias. Camila esclarece que o Painel de Controle do TC tem outras categorias, basta usar o filtro de seleção. Pablo informa que os dados do IBGE muitas vezes apresentam erros e quando lidam com dados apresentados em nível nacional é comum se deparar com equívocos como esse. Ele discorda da opção de não divulgar os dados, mas sugere escrever uma observação com ressalvas à informação que está sendo dada. Responde também que analisar contracheques seria uma busca de dados primária que demanda muitas questões que podem ser propostas e sugeridas por meio de uma avaliação com a Sedu. Denise se preocupa com o fato de que isso seja compreendido como um documento. Pablo esclarece que pode fazer ressalvas, mas não censurar dados que estão disponíveis no IBGE. Noêmia sugere então utilizar esses dados para cobrar os municípios, uma vez que esses dados serão divulgados e explorados. Pedro sugere, que devido ao limite do horário da reunião, que o documento seja encaminhado e estudado pelas comissões. Vitor ressalta que o dilema envolvido é parecido com o que a Sedu enfrenta na divulgação de dados do IDEB porque sabem que há inconsistências. E que questões como essas colocam a luz nas práticas de quem está comunicando esses dados, portanto isso diz muito sobre quem fornece a informação, não sobre quem as analisa. Vitor sugere uma análise mais aprofundada tendo como base os 78 planos municipais de carreira. Pablo diz que pode ser feito e que o número associado à prefeitura de Guarapari (34 mil) é o resultado de um cálculo realizado pelo IJSN, mas não é o dado que aparece no PNAD. Esse cálculo foi realizado para permitir a comparação entre os municípios considerando 40h semanais. Marcelo retoma a **Meta 11 – Educação Profissional Técnica (EPT)**, elogia os indicadores positivos do estado e enfatiza que o Fórum é um espaço de discussão. Sobre a meta, ele diz que há distorção do dado e reitera a política inadequada de transferência de recursos público para o privado, com opção histórica do governo de não investir no ensino profissional pós-médio. Reforça que a taxa líquida de matrículas representa que existem vagas e não há matrículas, mas com a análise histórica é possível fazer a leitura do processo de nucleação que reduz a capilaridade da rede. Marcelo convida os representantes do IJSN a debater esses dados na Universidade e que entende o FEE como espaço de debate. Kiara esclarece que o cálculo é feito pela escola em que o aluno está matriculado, então nesses dados os dados aparecem separados do público e privado. Maria do Carmo (Comeces) observa que as metas foram elaboradas unindo campo e cidade e isso deveria ser diluído para melhor avaliar os dados da educação. Solicita que esse fato seja visto com mais atenção. Karla aproveita a fala de Maria do Carmo para solicitar dados mais aprofundados sobre EJA e as escolas do campo e pergunta como esses dados têm sido pensados. Sugere também que seja definido um prazo possível para



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

retorno pelo IJSN. Questiona como estão as entregas dos planos municipais, pois esses também têm muitos dados. Pedro responde que as Comissões de Monitoramento e Mobilização do FEE- ES fizeram um levantamento com os FMEs e identificaram quais municípios têm fóruns ativos, quais não os tem e que alguns municípios não responderam as diversas tentativas de contato, e que após o levantamento foi realizada reunião com os Municípios que não têm fóruns e que há uma nova reunião prevista para o dia 24/09 com os municípios que têm fóruns ativos. Priscila comunica que essas informações estão previstas nos informes gerais da pauta da reunião de hoje, mas sugere que com o avançar da hora e para respeitar o horário de encerramento da reunião, que essas informações sejam registradas e encaminhadas por e-mail para conhecimento dos membros do Fórum. Os presentes concordam com a proposta e na sequência são lidas as perguntas relativas à **Meta 19 – Gestão Democrática**. Márcia (CNDE) esclarece que gestão democrática não se restringe à escolha de diretores escolares como apontado no resultado do instituto, mas diz respeito a vários instrumentos como conselhos de escola, grêmios estudantis, associação de pais, conselhos do CAE, FUNDEB, Conselhos Municipais de educação. Isso está nas estratégias. E questiona se isso foi considerado no cálculo. Pedro enfatiza que é preciso se atentar as diferentes realidades das redes municipais e estadual. Kiara responde que esses dados existem, mas que os cálculos não foram feitos. Gean (Sindiupes) reforça a importância das reuniões do Fórum para debater as questões da educação, porém afirma que há uma grande insatisfação dos professores e demais profissionais com um excessivo apelo para a aprovação automática bem como a política de bônus que penaliza o profissional na questão de saúde. Reforça que a implementação das escolas de tempo integral precisa também obedecer a carga horária de 25h pela qual o professor foi aprovado em concurso. Afirma ainda que o Sindiupes não desistiu da gestão democrática nas escolas públicas do Espírito Santo. Conclui sua fala elogiando o Fórum pelo debate. Noêmia salienta que o plano de carreira, de acordo com o que está previsto na lei do piso salarial, não é realidade no estado e nas 34 redes municipais acompanhadas pelo Sindiupes. Kiara lembra que a Meta 17 busca a comparação com todos os profissionais com graduação mínima. Encerradas as questões relacionadas à apresentação realizada pelo Instituto Jones dos Santos Neves, Fábio convida os membros do FEE- ES para o XIV Seminário Nacional de Formação de Professores, que será realizado nos dias 18, 19 e 20 de setembro na Universidade Federal do Espírito Santo. A secretária executiva passa a palavra para o presidente do Fórum Estadual para as considerações finais e encerramento. Vitor agradece o apoio da Universidade Federal e do Instituto Jones Santos Neves, bem como a presença e participação dos membros e encerra a reunião. Sem nada mais a acrescentar, encerro e assino a ata.

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

PRISCILA PEREIRA DE AQUINO
PROFESSOR B
GEIEF - SEDU - GOVES
assinado em 17/09/2024 13:04:19 -03:00

CAMILA FERREIRA MOREIRA
CIDADÃO
assinado em 17/09/2024 15:34:33 -03:00

ANDREA GUZZO PEREIRA
SUBSECRETARIO ESTADO
SEEB - SEDU - GOVES
assinado em 17/09/2024 16:40:33 -03:00

MARCIA SARAIVA PRUDENCIO
CIDADÃO
assinado em 18/09/2024 17:52:05 -03:00

MARCELA LEMOS LEAL REIS
CIDADÃO
assinado em 18/09/2024 14:57:33 -03:00

DENISE PINHEIRO QUADROS
CIDADÃO
assinado em 18/09/2024 18:51:35 -03:00

DORZILIA VAZ DE MORAES SOARES
CIDADÃO
assinado em 26/09/2024 12:31:36 -03:00

SILVANA DE AZEVEDO CRUZ
CIDADÃO
assinado em 24/09/2024 18:07:08 -03:00

JHONATA GARCIA DOS SANTOS
CIDADÃO
assinado em 18/09/2024 07:17:39 -03:00

NOEMIA SIMONASSI
CIDADÃO
assinado em 12/12/2024 08:18:09 -03:00

TATIANE CRISTINA FRANCO PUIATI
CIDADÃO
assinado em 18/11/2024 10:10:08 -03:00

FERNANDA PLACIDO ROCHA
CIDADÃO
assinado em 20/09/2024 09:24:18 -03:00

NOELIA DA SILVA MIRANDA DE ARAÚJO
CIDADÃO
assinado em 05/11/2024 14:39:20 -03:00

TANIA MARA ZANOTTI GUERRA FRIZZERA DELBONI
CIDADÃO
assinado em 18/09/2024 21:07:39 -03:00

FERNANDA DE ARAÚJO BINATTI CHIOTE
CIDADÃO
assinado em 19/09/2024 12:21:45 -03:00

DANIEL DOS SANTOS
PROFESSOR B
GEPLAN - SEDU - GOVES
assinado em 17/09/2024 13:42:12 -03:00

MARCELO LIMA
CIDADÃO
assinado em 30/09/2024 13:50:27 -03:00

PEDRO PAULO PIMENTA
CIDADÃO
assinado em 27/09/2024 11:09:26 -03:00

FABIO LUIZ ALVES DE AMORIM
CIDADÃO
assinado em 19/09/2024 14:12:34 -03:00

KARLA RIBEIRO DE ASSIS CEZARINO
CIDADÃO
assinado em 23/09/2024 17:53:36 -03:00

GEAN CARLOS NUNES DE JESUS
CIDADÃO
assinado em 17/09/2024 18:47:21 -03:00

VITOR AMORIM DE ANGELO
SECRETARIO DE ESTADO
SEDU - SEDU - GOVES
assinado em 27/09/2024 11:33:21 -03:00

ADRIANA PIONTTKOVSKY BARCELLOS
CIDADÃO
assinado em 18/09/2024 16:26:09 -03:00

MATEUS SILVA FERREIRA
CIDADÃO
assinado em 19/09/2024 11:11:35 -03:00

PRISCILLA MENDES DE OLIVEIRA
CIDADÃO
assinado em 18/09/2024 15:52:29 -03:00

JOÃO PAULO DE FARIA CARDOZO
CIDADÃO
assinado em 18/09/2024 13:36:16 -03:00

CARLA GEOVANA FONSECA DA SILVA DE CASTRO
CIDADÃO
assinado em 18/09/2024 16:21:14 -03:00

PAULO CEZAR LOUREIRO DE ARAUJO
CIDADÃO
assinado em 17/09/2024 15:27:25 -03:00

ANA MOSCON DE ASSIS PIMENTEL TEIXEIRA
CIDADÃO
assinado em 19/09/2024 21:34:11 -03:00

THIAGO ANDREWS PIÃO DOS SANTOS
CIDADÃO
assinado em 18/09/2024 15:49:50 -03:00

MARIA AUXILIADORA VIEIRA CAMPOS
CIDADÃO
assinado em 18/09/2024 09:27:29 -03:00

LUIZA FERNANDA DA SILVA
GERENTE QCE-03
GEPLAN - SEDU - GOVES
assinado em 17/09/2024 13:41:15 -03:00

GEAN JACCOUD FARIA
ASSESSOR ESPECIAL NIVEL IV QCE-03
GS - SEDU - GOVES
assinado em 17/09/2024 14:10:37 -03:00

INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 12/12/2024 08:18:10 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por PRISCILA PEREIRA DE AQUINO (PROFESSOR B - GEIEF - SEDU - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL



A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2024-8MHCDJ>